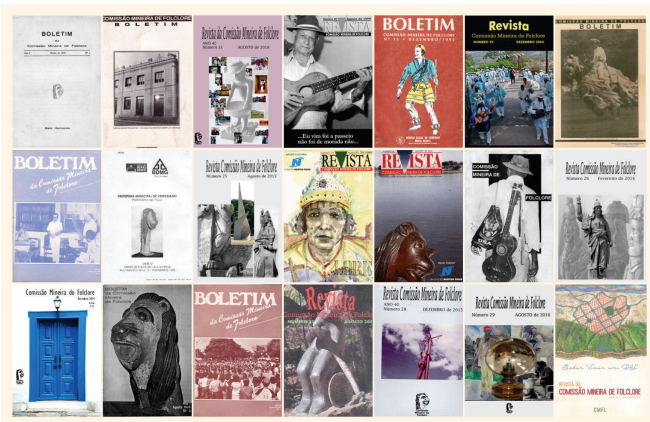
CARRANCA

ORGÃO INFORMATIVO DA COMISSÃO MINEIRA DE FOLCLORE – CMFL – 03-2019 –

Julho - Setembro- 2019



Publicação Especial comemorativa da 50ª Semana Mineira de Folclore e os 70 anos da CMFL

Saber Viver em DSL

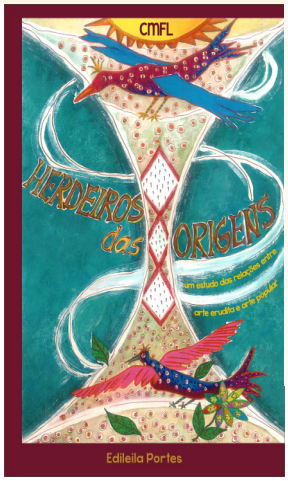
Projeto: 0372\2015
50ª SEMANA MINEIRA DE FOLCLORE

ISBN 978-658021802-8

"Esta publicação foi realizada com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte"

PATROCÍNIO: DIEFRA

INCENTIVO: LMIC LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA — CULTURA — PREFEITURA BELO HORIZONTE GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA



Editorial

XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE

Apesar da crise recessiva que vive o nosso país, graças a Deus ainda sobra tempo para o exercício da esperança.

Este congresso representa a nossa capacidade de sobreviver e de superar dificuldades que envolvem, no momento, a comunidade cultural folclórica brasileira.

Criada em 1947 no seio do Instituto Brasileiro de Ciência e Cultura (IBECC) - Comissão Nacional da Unesco, a Comissão Nacional de Folclore bem traduz o ideário da Unesco no sentido de ressaltar os valores da cultura dos diversos povos que enriquecem a vida planetária. Ocupando um lugar de destaque na história do folclore brasileiro, parece tocada pelo mito de Sísifo. Existe e continuará existindo apesar de tudo, trabalha apesar de tudo, cria apesar de tudo, resiste apesar de tudo, momentos favoráveis e desfavoráveis persegue-a ao longo de sua existência, dando-nos a impressão de que ela é dotada de sete fôlegos. Cada Congresso, cada seminário, cada encontro, é como se fosse um renascimento. Os espinhos da caminhada ferem os pés e a alma, muitas vezes bate o desânimo, mas resistimos heroicamente, fazendo hoje o que não pudemos realizar ontem.

A resistência desta brava instituição repousa nos seus valores intrínsecos, testado estoicamente, em sua longa trajetória com um autêntico exemplo de cultura surgente.

A criação da Comissão Nacional de Folclore, colegas folcloristas, atendeu mesmo de forma tardia os apelos da Semana de Arte Moderna de 1922, momento tão importante para os destinos de nossa modernidade literária, artística e científica e, consequentemente imaterial, cuja afirmação representa em nosso país a maioridade desses respectivos estudos, que ultrapassam os estágios dos simples apelos amadorísticos ou das tendências empíricas, caracterizado pelo simplismo ou pela superficialidade que não convence. Entre os muitos apelos, registro o do Mestre Luís da Câmara Cascudo em suas palestras e conferências em várias partes do país: "não temos no Brasil uma coisa que reúna os malucos que amam o folclore, é um elemento negativo e afastador de qualquer possibilidade de realização sistemática e geral. A consequência é ouvirmos o folclore como palavra pejorativa e vulgarmente insultuosa".

Podemos considerar a implantação da Comissão Nacional e a criação das comissões estaduais de folclore como um autêntico movimento pós-modernista ainda não esgotado graças a disseminação de novos métodos de coleta e análise. Somados ao aperfeiçoamento dos fatos folclóricos, mediante suas transformações e dinâmica, envolto em contexto massificado apoiado em políticas públicas equivocadas, num país com matrizes medievais sem nunca ter vivido a Idade média, as quais precisam ser preservadas e respeitadas no país da maior diversidade cultural do planeta.

A Comissão Nacional de Folclore vem realizando ao longo do tempo diversos congressos e seminários considerados marcantes, de alto nível, ao qual pretendemos realizar na dinâmica capital do Estado de Alagoas, terra do grande estudioso do folclore brasileiro o alagoano, Theotônio Villela Brandão, mais conhecido como Theo Brandão (1907-1981) autor do clássico "Folguedos Natalinos de Alagoas", dentre outras obras importantes conhecidas pelos estudiosos do Brasil.

A realização é da Comissão Alagoana de Folclore, presidida pelo jovem folclorista Olegário Venceslau, com apoio da Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió, Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas, Universidade Tiradentes-UNIT e Universidade Federal de Alagoas-UFAL.

A temática versará sobre Folguedos Populares, Tradicionalidade e Dinâmica, quando na oportunidade os pesquisadores das comissões estaduais de folclore apresentarão seus relatos em relação aos seus respectivos estados para que possamos compreender a dinâmica nos diversos contextos sociais do Brasil, num dos momentos em que os bens culturais das elites e os tradicionais, que mantinham certa autonomia, estão subordinados a lógica mercantil, convertidos em espetáculos de entretenimento e ganância. Em decorrência, aumenta o incentivo às apropriações individuais ou coletivas dos bens imateriais e seus símbolos, por uma sociedade consumista, restando pouco espaço para as atividades tradicionais não lucrativas, que contribuem para o conhecimento e o fortalecimento do Brasil real.

Esta é a grande preocupação da comissão Nacional de Folclore, porque o Brasil, mormente o Nordeste, merecem uma atenção especial por possuírem um riquíssimo acervo cultural onde brancos, negros, indígenas, mestiços e mulatos realizaram e continuam realizando as mais inteligentes criações e recriações, nas mais variadas formas de expressar o fazer, o viver e o sentir do povo, herdados pela tradição, na lenta caminhada dos séculos.

Todos esses elementos coreografados, integrados ou modificados ligados ao cotidiano, constituem-se pela tradicionalidade. dinamicidade, aceitação coletiva e funcionalidade a riqueza cultural do Brasil.

Sabemos colegas folclorista, que a tarefa é árdua, mas, laboriosa, e quanto ainda resta percorrer, principalmente no campo sociocultural e educacional, sobretudo porque

Editorial

em nosso país, infelizmente não existe uma consolidada e inteligente política cultural para o Folclore e seus bens imateriais, com mecanismos necessários á preservação e revitalização do patrimônio imaterial brasileiro.

A Comissão Nacional de Folclore agradece a todas as instituições alagoanas envolvidas, sensíveis aos apelos dos colegas no citado Estado, possibilitando a realização deste congresso que muito contribuirá para a comunidade local e nacional, tomando conhecimento das atividades desenvolvidas nos demais estados, mormente no que concerne a temática do congresso: Folguedos Populares, Tradicionalidade e Dinâmica.

Cidade do Natal, 30 de julho de 2019.

Prof. Severino Vicente.

Presidente da Comissão Nacional de Folclore.

Palavras da Presidenta da CMFL

Chegou o mês de agosto, e com ele as inúmeras comemorações evocativas do Folclore. Destaca-se, entre elas, a 53 Semana Mineira do Folclore, a realizar-se no período de 12 a 14 de agosto, no Centro Cultural Salgado Filho, em Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais.

No dia 12, às 19:30 horas, acontecerá o lançamento da "Revista da Comissão Mineira de Folclore", n 32, com enfoque especial

sobre Belo Horizonte: Cidade Síntese de Minas Gerais. Ela se dedica ao saber viver nessa cidade,localizada no antigo Curral Del Rei. Na Revista foram selecionados nove artigos de membros da Comissão, destacando-se a importância do saber popular, motivadores, certamente, de inúmeras discussões por parte de todos os que se interessam pelos temas propostos.

Abre a revista um artigo sobre o Carnaval,de autoria do Dr.Mauro Werkema, focalizando com objetividade e grande conhecimento os blocos de rua, genuínas manifestações da alegria e organização popular, demonstrando que o belorizontino é tomado de especial entusiasmo por ocasião dos festejos momescos, espalhando pela Avenida Afonso Pena seu exemplo de manifestação viva da arte e do saber do povo.

Em seguida vem o texto sugestivo e interessante dos autores Ailton Gobira e Vanessa Lorena Anastácio, que transportam os leitores para o mundo imaginário infantil, seus brinquedos e brincadeiras, onde a cultura popular e as tradições assumem as formas lúdicas das cantigas de roda,das histórias mágicas que cativaram adultos no passado e são prática constante dos jovens e crianças. É preciso mencionar sua importância para a prática da oralidade, da confecção de brinquedos e dos movimentos do corpo cuja expressão relata formas de vida das comunidades.

A Praça da Liberdade se enfeita e assume colorido variado por ocasião das Feiras de Arte e Artesanato, oportunizando encontros dominicais divertidos, e ao mesmo tempo, a exposição de trabalhos artesanais diversificados, que com o tempo assumiram caráter de pereneidade e também fonte de renda para os expositores, artistas e artesãos não apenas da Capital, mas de todo Estado. O Prof.Antônio de Paiva Moura expõe o assunto das feiras com propriedade e porque não dizer, com o toque de admiração e afeto do folclorista estudioso que se debruça sobre essa forma de comércio ao mesmo tempo antiga e atual.

Não há como não se comover com o texto escrito por Rafael Sol, sobre o mamulengo. São histórias de vida, de sonhos, de imaginação e de fantasia.

Por muitos e variados caminhos nos conduz a Revista n 32. Vamos até o Mato da Lenha e Cabana do Pai Tomás, de autoria do Prof.José Moreira de Souza. Conhecemos a história do Espaço Comum Luiz Estrela, um trabalho de Liliane Augusta Moreira. Observamos, maravilhados,as Raízes de Minas, na Arte,cuja autora Edileila Maria Leite Portes relata a sua pesquisa de campo realizada em comunidades rurais do Vale do Mucuri e em Belo Horizonte, e que comprova a presença do Folclore na arte popular e na arte erudita.

Encerra a publicação o texto "Saber Viver em Belo Horizonte", também do Prof.José Moreira de Souza, uma verdadeira viagem afetiva pelo Centro e pelos Bairros da Capital, não apenas uma viagem, mas uma rememoração que só o coração sabe contar.

Portanto, amigos e companheiros folcloristas, vamos ler com atenção e carinho a Revista da Comissão Mineira de Folclore n 32, um exemplar para guardar na estante entre as obras especiais e a que se volta constantemente, para uma releitura.

E por falar em agosto,a 53 Semana Mineira de Folclore tem ainda, nos dias 13 e 14, uma Roda de Conversa sobre "Tipos Populares Urbanos", e "O que se guarda para não esquecer" - representação de monumentos identificadores do viver local e residencial - com o tema: "O que é Patrimônio?"

Míriam Stella Blonski - Presidenta

Artigos

XVII Congresso Brasileiro de Folclore – Maceió – Alagoas, 03 a 05 de outubro de 2019

José Moreira de Souza

O XVII Congresso Brasileiro de Folclore, enfim, acontecerá na cidade de Maceió, graças ao empenho da Comissão Nacional de Folclore e à Comissão Alagoana de Folclore.

Estamos diante dos muitos caminhos para conversar sobre o Folclore.

Nesta seção, vale a pena comentar algumas obras recentes sobre o movimento do folclore no Brasil, em louvor aos setenta e dois anos de fundação da Comissão Nacional de Folclore e os 71 anos de criação da maioria das Subcomissões Regionais de Folclore.

Antes de nos adentrarmos no tema, considero relevante fixar alguns pensamentos.

O primeiro se refere à expansão da Europa para as periferias do mundo.

Heródoto:

> *No reinado de Átis, filho de Manés, toda a Lídia se viu flagelada pela fome, suportada com paciência durante algum tempo. Vendo, porém, que a situação não melhorava, o povo começou a procurar um remédio para minorá-la, cada um imaginando-o de uma maneira. Nessa ocasião foram inventados os dados, o jogo da pela e todas as outras espécies de jogos, exceto o das damas, do qual os Lídios não se consideram os autores. Vejamos o uso que os habitantes fizeram de tais invenções para enganar a fome cada vez mais premente. Jogavam alternadamente durante um dia inteiro, a fim de distrair a vontade de comer, e no dia seguinte comiam e não jogavam. Assim continuaram pelo espaço de oito anos, mas o mal em vez de atenuar-se, mais se agravava. O rei, então, dividiu os Lídios em dois grupos e mandou-os tirar a sorte; um deveria permanecer e o outro retirar-se do país. (...)*
>
> *Banidos da pátria, os lídios dirigiram-se primeiramente para Esmirna.* [Heródoto: *Historia.*p. 57-58]

O segundo vai direto ao tema: Um projeto para o Brasil.

José Bonifácio:

> *O mal está feito, senhores, mas não o aumentemos cada vez mais; ainda é tempo de emendar a mão.* [p.63]
>
> *Como o Brasil começa a civilizar-se no século XIX deve chamar a acolher todos os estrangeiros que lhes podem servir de mestres nos ramos da instrução, e economia pública; deve não querer ser original, mas imitador, por ora, apropriando-se das outras nações o que convém melhor à sua situação política, e física. Deve olhar para trás, para encher o vazio, que tem desde o ponto de que saiu, até o ponto atual das outras nações, enchendo a série intermédia com brevidade, mas com prudência.* [José Bonifácio: *Projetos para o Brasil.* P. 173]

O Jequitinhonha, 1869.

> *Supliquemos aos Estados Unidos que nos aceitem por colônia. Os Yankees que venham nos ensinar o A.B.C. do governo.*

Estados Unidos do Brasil

> *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891.*
>
> *Nós, os Representantes do Povo Brazileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regimen livre e democratico, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte*
>
> *CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL*

(...)

18 de dezembro de 1935

> *Nós, Presidentes e Secretários da Câmara dos Deputados e Senado Federal, promulgamos e mandamos publicar, na forma do § 3o do art. 178 da Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, as emendas ns. 1, 2 e 3 a essa Constituição: Nós, os representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus,*

reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure á Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte ***CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL***

(...)

18 de setembro de 1946

Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus, em Assembleia Constituinte para organizar o regime democrático, decretamos a seguinte

Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946, 125° da Independência e 58° da República.

Enquanto isto gera-se o movimento dos folcloristas pelo Brasil afora

Há sempre intenção de situar os "pais fundadores". Isto se dá sempre por "livre associação" que estabelecerá sempre relatos consistentes. No caso do movimento dos folcloristas, louva-se Sílvio Romero, Amadeu Amaral, Cornélio Pires. Há, porém, antecedentes. No caso de Minas Gerais, esses antecedentes podem ser datados no interior do movimento que ensejou a "Revolução Liberal de 1842" cuja meta se resume em "conhecer para modernizar" inspirado no projeto liberal de Teófilo Ottoni.

Em meio ao romantismo há um Almeida Garret estimulando um português brasileiro incorporado na obra *Maricota e o Padre* Chico de João Salomé Queiroga publicada em 1871. Quem quiser recuar mais, encontrará referência ao *Dicionário da Língua Brasileira* (Ouro Preto, 1832-1833) de autoria de Luís Maria da Silva Pinto.

A partir do século vinte, os aventureiros imaginam uma sociedade que congregue os estudiosos de Folclore.

1921. Amadeu Amaral cria Sociedade de Estudos Paulistas

1925. Amadeu Amaral ensaia tentativa de convencer a Academia Brasileira de Letras a inserir a coordenação de um programa de estudos nessa área. Cria a Sociedade Demológica.

1936. Surge a Sociedade de Etnografia e Folclore.

1941. Arthur Ramos funda a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia.

1941. Câmara Cascudo cria a Sociedade Brasileira de Folclore.

1942. Basílio de Magalhães insinua a criação de um Instituto Brasileiro de Folclore.

Eis o que afirma o autor a propósito:

Bem sei que essa louvável sugestão não terá apoio da parte dos intelectuais brasileiros, tão displicente é o assunto para a maioria deles. Mas, por que, ao menos, não se há de fundar, nesta capital, um grêmio, que se dedique especialmente ao culto do tradicionalismo nacional? Por que não imitaremos, nisso, o exemplo de outros países adiantados do nosso continente? [p.149 *O Folclore no Brasil*]

"Depois do meu apelo, a Academia Brasileira de Letras resolveu, por iniciativa de Afrânio Peixoto (um dos poucos que ali trabalham), criar uma Secção de Folclore, para a qual foi até solicitada a minha colaboração. E nisso ficou até agora." (p. 356. *O Folclore no Brasil*)

Sobre esse assunto, comenta Lindolfo Gomes em prefácio aos *Contos populares do Brasil* [terceira edição, 1948, primeira 1918]:

Na Academia Brasileira de Filologia, na Academia Brasileira de Letras, na Academia Carioca e em outros institutos culturais desta Capital, de S. Paulo, de Minas e de alguns Estados, o folclore tem sido assunto de especial predileção, sobretudo na Sociedade de Folclore do Rio de Janeiro que, há anos fundada pelos consagrados etnógrafos Joaquim Ribeiro, Correia de Azevedo, Mário de Andrade, Renato de Almeida, Sílvio Julio, Mariza Lira, Leonor Posada, Basílio Magalhães, Jacques Raimundo e outros, cujos nomes não temos no momento em memória, aos quais se juntaram muitos elementos de reconhecido mérito e projeção, prossegue em sábias e constantes atividades , tendo ultimamente reeleito sua diretoria e constituído uma comis-

são de técnicos, na qual foi incluído nosso modesto nome. P. 7 – 8.

1942. Derval de Castro cria a Sociedade Goiana de Folclore

1946. Guilherme dos Santos Neves cria no Espírito Santo a Academia Capixaba de Folclore, no interior da Academia Espírito-Santense de Letras

1947 – Comissão Nacional de Folclore

Após inúmeros ensaios, eis que, em 19 de dezembro de 1947, surge a Comissão Nacional de Folclore no interior do I.B.E.C.C. no Ministério de Relações Exteriores em resposta à convocação da UNESCO.

Há que lembrar que não era a maior prioridade da UNESCO,mas uma de suas recomendações em prol de uma paz duradoura. Vilhena informa: "Embora fosse a 'nona comissão permanente', a de folclore foi a primeira a constituir-se e, tudo leva crer, a mais ativa". [Luís Rodolfo Vilhena. P. 93]

Criada a Comissão Nacional de Folclore em atenção aos apelos da UNESCO, vale lembrar que este órgão enfatiza também e, com maior prioridade o "desenvolvimento" das sociedades.

A **Carta da ONU** prescreve no artigo 55:

> *Artigo 55 Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a. níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; b. a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e c. o respeito universal e efetivo raça, sexo, língua ou religião.*
>
> **FEITA na cidade de São Francisco aos vinte e seis dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta e cinco.**
>
> **16 de novembro de 1945**

Convenção que constitui a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - 1945

Os Governos dos Estados-parte da presente Convenção, em nome dos seus povos, declaram:

Que, como as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser erguidas as ***defesas da paz;*** *Que o desconhecimento recíproco dos povos tem sido sempre, através da história, causa da desconfiança entre as nações, daí resultando que as disputas internacionais tenham, na maior parte dos casos, degenerado em guerra; Que a grande e terrível guerra agora terminada se tornou possível pela negação do ideal democrático de dignidade, igualdade e respeito pela pessoa humana e pela proclamação, em vez dele e mediante a exploração da ignorância e do preconceito, do dogma da desigualdade das raças e dos homens; Que a difusão da cultura e a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são indispensáveis à dignidade humana e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com espírito de assistência mútua; Que uma paz fundada exclusivamente sobre acordos políticos e econômicos, celebrados entre governos, não conseguirá assegurar a adesão unânime, duradoura e sincera de todos os povos e, por conseguinte, para que a paz subsista deverá assentar na solidariedade intelectual e moral da humanidade. Por estes motivos, os Estados Contratantes, decididos a assegurar a todos os homens o pleno e igual acesso à educação, a procura sem restrições da verdade objectiva e a livre troca de ideias e de conhecimentos, concordam e decidem promover o desenvolvimento e a multiplicação dos meios de comunicação entre os seus povos e o emprego desses meios com o fim de fomentar a compreensão mútua e o conhecimento mais preciso e mais verdadeiro dos respectivos costumes. E por isso criam, pela presente Convenção, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a fim de realizar gradualmente, mediante a cooperação das nações do Mundo nos domínios da educação, da ciência e da cultura, os objectivos de paz internacional e bem-estar comum da humanidade, que presidiram à criação da Organização das Nações Unidas e que a respectiva Carta proclama.*

Atraso, progresso e modernização

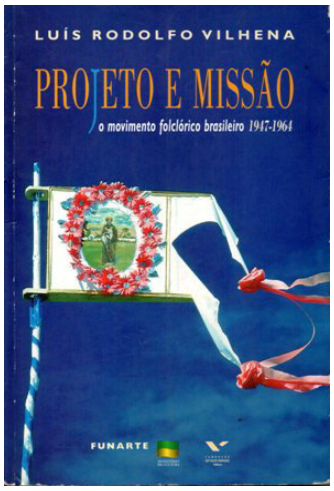
Nisso, aparece o movimento de Modernização das Sociedades Tradicionais focado nos "Países Subdesenvolvidos" e da Tradição, Família e Propriedade!!!

Todos esses movimentos em profunda contradição impactam na formação das ciências sociais no Brasil. *Brasil, terra de contrastes; Os dois brasis; bandeirantes e pioneiros; os países subdesenvolvidos;* são exemplos de uma literatura de doutrinação de nosso atraso. Modernização das sociedades tradicionais torna-se palavra de ordem. "Aliança para o progresso" é a síntese.

O empenho dos pesquisadores do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular surge providencialmente, no final dos anos 80 do século passado para recuperar o trabalho do Movimento dos Folcloristas em meio ao fogo cruzado das estratégias de desenvolvimento econômico que não se compreendia como Desenvolvimento Humano. Há uma ótima curiosidade: o trabalho foi interrompido com a chegada de um governo que lamentava em seu discurso o atraso do Brasil e a necessidade urgente de "modernização". "Nossa indústria produz carroças"!

Contudo, desse esforço coordenado pela professora doutora Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e que participaram Silvana Miceli Araújo, Marina de Mello e Souza e Myriam Moraes Lins de Barros surgiu toda uma linha de pesquisa que se disseminou pelos mais variados centros de estudos do Brasil. A atenção para o movimento dos folcloristas na consolidação das Ciências Sociais no Brasil.

A obra *Projeto e Missão, o movimento folclórico brasileiro – 1947 – 1964* tornou-se algo como "*As regras do método sociológico", "Discurso do Método"* acompanhando todas as que fundam uma tradição.



Projeto e Missão determinou plano de redação de teses de mestrado, doutorado e monografias de graduação nos mais variados centros de estudos do Brasil e, bela curiosidade, nas mais diferentes especialidades da divisão do trabalho acadêmico: Antropologia, Sociologia, Letras, Políticas públicas, História Social, História Cultural.

Em seguida são apresentadas algumas dessas obras com rápido resumo das respectivas abordagens

As férteis sementes de Luis Adolfo Vilhena

A obra, *Projeto e Missão,* chegou em nossas mãos, providencialmente, quando a Comissão Mineira de Folclore promoveu o primeiro curso de pós-graduação lato sensu em Folclore e Cultura Popular em parceria com as, então, Faculdades Integradas Newton Paiva Ferreira.

O percurso do autor e a ênfase à busca de institucionalização, de um lado, e à "constituição de uma ciência social brasileira" pautaram algumas de nossas conversas e possibilitaram uma proposta de conceituação do Folclore:

> *Folclore é o estudo do saber popular fixado em hábitos sustentados em valores examinados sob o enfoque de como esses valores se fixam em relações pessoais e de que modo são credenciados, descredenciados ou desconhecidos nas instâncias legitimadoras desses saberes.*

Chegamos a esta proposta tendo em vista os percalços da "institucionalização" e os desafios enfrentados pela Comissão Mineira de Folclore, quando coordenamos nos anos de 1971 o Ciclo de Debates sobre a Medicina Popular de que resultou um longo programa sobre a interdisciplinaridade – apresentado no IX Congresso Brasileiro de Folclore realizado em Porto Alegre – e nos deparamos com as coerções inerentes à institucionalização acadêmica dos saberes amordaçados na teias burocrática de especialidades. O credenciamento, descredenciamento e desconhecido é promovido no interior da divisão do trabalho intelectual. Entendemos ser este o grande mico que o movimento dos folcloristas pagou ao propor uma definição de Folclore na Carta do Folclore do I Congresso Brasileiro de 1951 e, com pequena ressalva, no que se promoveu na cidade de Salvador no ano de 1995.

Do ponto de vista da constituição de uma ciência social brasileira cuidados de enfatizar a diferença entre base empírica e destacar nos discursos narrativos: a situação do problema empírico – ou seja – o que é narrado como "fato", "ocorrência" ou processo – encadeado de fatos ou ocorrências; situação do problema metodológico, que se há de entender como aproximação ou distanciamento do autor do encadeado narrativo; a situação do problema interpretativo, significando os referenciais de análise do autor com base em princípios normativos – exemplo o que se entende por "cultura" e em qual instância normativa esse termo é abonado. No caso, o termo "cultura" aparece pela primeira vez na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1935. À situação do problema normativo que decreta o

"uso correto" de um termo, segue-se a situação do problema doutrinário. Nesse comparecem os autores elevados ao grau de autoridade, os quais são convocados para abonar a interpretação correta de um termo, expressão ou interpretação. No caso do Folclore isto se torna evidente. O "saber popular", "the lore of people" antecede ao batismo do dia 22 de agosto de 1846. A Folk-Lore Society não surge imediatamente e cada país, ao criar sua "Sociedade de Estudos Populares" dá a eles o nome que valha divulgação – ver o caso da França com Paul Sebillot e os esforços no Brasil com Demosofia, Demopsicologia e demais ensaios de dar nome de batismo à criança. As primeiras conversas sobre a polissemia tem início no interior do Movimento Modernista dos anos 20, Freud é convocado como "autoridade" ainda nos anos de 1920 para estabelecer o uso técnico de cultura em oposição a civilização. Ainda, no interior do problema interpretativo, há que destacar a situação do problema ideológico. O caso do movimento dos folcloristas no Brasil isto é exemplar. O movimento merece coordenação, leia-se semi-institucionalização em meio ao outro movimento hegemônico cuja bandeira é "modernização". Para complicar, em meio a isto nasce uma tal de TFP...

Em síntese, o problema interpretativo determina as opções metodológicas e construção das bases empíricas. No caso do Folclore, a base empírica é "Povo" com realidade objetiva e o saber desse povo e seu respectivo credenciamento. Isto é mais visível nos dias atuais após a Carta das Culturas Populares.

Para o que nos interessa neste artigo vale a pena ter presente como doutrina o estudo de Vilfredo Pareto sobre ações lógicas e não lógicas com atenção para as categorias a que dá o nome de "resíduos" e "derivações". É possível que nossas interpretações se mostrem eivadas desses resíduos – os silêncios, os aspectos desprezáveis -, e as interpretações provisórias e ad hoc, empregadas como subterfúgio à ignorância não confessável.

O grande mérito de Luís Rodolfo Vilhena foi de despertar os estudiosos das Ciências Sociais no Brasil para compreenderem a matriz de nosso pensamento a portas fechadas: de que somos capazes para compreender o "povo" que nos constituímos no interior de "Um projeto para o Brasil".

A partir desse estudo e das várias comunicações da equipe que o elaborou apresentadas em encontros e congressos, resultou uma linha específica de estudos sobre o Movimento dos Folcloristas nas diferentes regiões do Brasil e – notem – desenvolvidos em variados centros de Pós-graduação. Recife, Bahia, Goiás, rio Grande do Sul, Campinas – São Paulo e logicamente, Rio de Janeiro, sede do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, guardião dos despojos do Movimento dos Folcloristas.

Estudos por regiões

RAPCHAN, Eliane Sebeika. *Negros e africanos em Minas Gerais: Construções e narrativas folclóricas.* Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000. {Tese de doutorado]

Goiás:

TALARICO, Guilherme. *De peneira e bateia. A comissão Goiana de Folclore (1948-1978).* Goiânia: UCG: Kelps, 2009.

Amazonas

CHARLES MACIEL FALCÃO MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO E OS ESTUDOS DE FOLCLORE 1940/ 1950 [Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, 2010]

Rio Grande do Sul

Leticia Borges Nedel. **Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965) [Tese de doutorado em História Cultural. Brasília, UNB, 2005]**

Espírito Santo.

Juçara Luzia Leite (UFES) *Cartas entre Maria Stella de Novaes e Câmara Cascudo: A Construção de um Pensamento acerca do Folclore e da Educação*

ARTIGOS

Santa Catarina

Janice Gonçalves: *Defender o patrimônio tradicional: a atuação dos folcloristas catarinenses entre 1948 e 1958. In* São Paulo, Revista Patrimônio e memória. Unesp, v. 8, n. 2, p. 4-25, julho-dezembro, 2012

Paraná:

CARLOS EDUARDO SILVEIRA: *Fandangueiros, Folcloristas e "Produtores Culturais": Um Estudo sobre a Trajetória Conceitual do Fandango* [Monografia de conclusão de curso em Ciências sociais. UF Paraná: Curitiba, 2012.]

Pará.

Magda Maria de Oliveira RicciI , Alessandra Regina e Souza Mafra. "Do Folclorismo à História da Cultura na Amazônia: o percurso construído por Vicente Salles". Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil – 2017 [Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 12, n. 1, p. 221-240, jan.-abr. 2017

Ceará:

Florisval Seraine: *Os estudos folclóricos e etnográficos cearenses* Revista do Instituto Ceará.[anterior a 1952]

Florisval Seraine e Zélia Camurça. *O ensino e pesquisa do folclore no Ceará.* Revista do Instituto Ceará. 1992

Ana Amélia Rodrigues de Oliveira. *Em busca do ceará: a conveniência da cultura popular na figuração da cultura cearense (1948-1983)* Universidade Federal do Ceará, pós-graduação em história social, Fortaleza, 2015, tese de doutorado.

Ana Amélia Rodrigues de Oliveira. A escrita e o "popular" A Antologia do folclore cearense e a fabricação de um autor. Revista Tempo Universidade Estadual Vale do Acaraú — Sobral (CE) 2017

Ana Lorym SOARES; **Folcloristas na repartição: folclore e políticas culturais no Ceará (1950-1970) -** Políticas Culturais em Revista, 1 (5), p. 37-57, 2012 – www.politicasculturaisemrevista.ufba.br

Bahia:

Vanusa Mascarenhas Santos. *Cultura popular e nacionalidade no Brasil: tessituras, conflitos e cumplicidades.* Tese doutorado em Letras. UFBA. 2012

Sergipe:

Tatiana Silva Sales. *Intelectuais e "folclore" em Sergipe : um estudo sobre a Comissão Sergipana de Folclore (1948-1976) – **2018***

Paraíba:

Paulo Anchieta Florentino da Cunha O *Movimento folclórico brasileiro e seus desdobramentos na Paraíba uma aproximação a partir da trajetória de Hugo Moura. (1960-1978)* Recife, Universidade Federal de Pernambuco,Pós graduação em Antropologia. Dissertação de Mestrado. 2011

Alagoas

Wagner Neves Diniz Chaves. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Antropologia da Universidade Federal de Alagoas. Diretor Geral do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore. *Identidade, Narrativa e emoção no Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore.* Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 16, volume 23(2): 2012

Rio de Janeiro:

Rui Aniceto Nascimento Fernandes Comissão Fluminense de Folclore: reflexão intelectual e projetos políticos no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1950 . ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

Vânia Dolores Estevam de Oliveira. *Museu de Folclore Edison Carneiro Poder, resistência e tensões na construção da memória da cultura popular brasileira;*

Lia Calabre: *Políticas culturais no Brasil dos anos de 1930 ao século XXI.* Rio de Janeiro FGV 2009;

ARTIGOS

Ana Paula Leite Vieira. *Cecília Meireles e a educação da infância pelo folclore.* Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Pós-graduação em História, Niterói, 2013.

Juliana Lima Ribeiro. *Marcel Gautherot e Édison Carneiro: a imagem fixa e a dinâmica do folclore-estudo a partir do acervo do Centro Nacional De Folclore e Cultura Popular*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. UFF. Niterói, 2009.

VÂNIA DOLORES ESTEVAM DE OLIVEIRA. ***MUSEU DE FOLCLORE EDISON CARNEIRO Poder, resistência e tensões na construção da memória da cultura popular brasileira.*** Tese apresentada no âmbito da Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio, ao Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito final para obtenção do título de Doutor em Memória Social. Rio de Janeiro, 2011

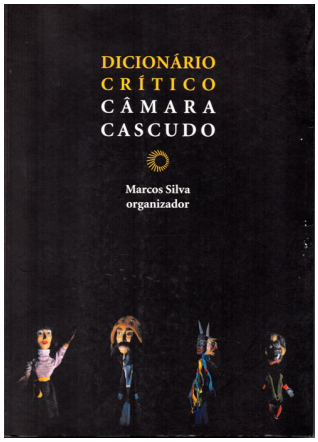
São Paulo

Cláudia Vendramini Reis. *Um museu está desaparecendo em São Paulo: a trajetória do Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima.* Dissertação de mestrado em Museologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

Joana Ramalho Ortigão Corrêa. A Construção Social do Fandango como Expressão Cultural Popular e Tema de Estudos de Folclore**.** Sociol. Antropol. vol.6 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2016

Rio Grande do Norte

Dicionário Crítico: Câmara Cascudo organizado por Marcos Silva. [São Paulo: Perspectiva, FFLCH/USP, Fapesp; Natal: EDUFRN, Fundação José Augusto, 2003.



Piauí

Valério Rosa de Negreiros. *Por uma cultura integrada: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980.* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. Dissertação de mestrado em História.

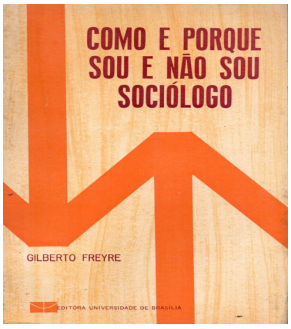
Maranhão

Carolina Christiane de Souza Martins. *Políticas e cultura nas histórias do Bumba meu Boi- São Luís do Maranhão Século XX.* Niterói: Universidade Federal Fluminense,2015. [Dissertação de mestrado em História]

Izaurina de Azevedo Nunes, org. *Olhar, memória e reflexões sobre a gente do Maranhão.* São Luiz: Comissão Maranhense de Folclore, 2003.

Pernambuco.

Raphael Souza Lima.*A Sociedade Folclórica de Pernambuco e o Xangô: espetacularização das religiões afro-pernambucanas no pós-Estado Novo,* artigo apresentado no XII Encontro Estadual de História da ANPUH realizado em Recife.



Vilhena e o Movimento dos Folcloristas no Centro

Izabela Tamaso. *O movimento folclórico brasileiro: uma rítmica de conquistas e fracassos.* Doutoranda em Antropologia Universidade de Brasília. Resenha de VILHENA, Luís Rodolfo. 1997. *Projeto e Missão: O movimento folclórico brasileiro (1947- 1964).* Rio de Janeiro: Funarte/ Fundação Getúlio Vargas. 332 pp.
Luiza Angélica Paschoeto Guimarães *Memória, Educação e Folclore: O Pensamento De Professores e Folcloristas*

no Movimento Folclórico Brasileiro da Década de 1950 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, 2011.

Elder Patrick Maia Alves *O Movimento Folclórico Brasileiro: Guerras Intelectuais e Militância Cultural entre os Anos 50 e 60.* Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio edição dupla, nº 12, jan/dez, 2013, pp. 131-152. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Ana Lorym Soares. *Folclore e políticas culturais no Brasil nas décadas de 1960/1970.* Fundação Casa de Rui Barbosa www.casaruibarbosa.gov.br Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio; pesquisadora (bolsista) do Iphan e professora tutora do Curso de História a Distância da PUC-Rio (atuando no pólo de Fortaleza-CE).

Jenifer Lourenço Borges Vieira. *O lazer traduzido nas festas e folguedos presentes na Revista Brasileira de Folclore (1961 – 1976): uma questão de educação das sensibilidades?* Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lazer. Belo Horizonte, 2013

Gilmar Rocha. *Cultura popular: do folclore ao patrimônio.* Ensaio apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (2007), realizado na cidade de Recife (PE).Doutor em Ciências Humanas – Antropologia Cultural (IFCS-UFRJ). Professor de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Joana Cavalcanti de Abreu *Um patrimônio de tradições: o folclore na produção intelectual de Cecília Meireles e Luís da Câmara Cascudo* Dez/2001

Conclusão: Folclore e estranhamento

Este artigo surgiu da leitura da obra *Enlaces: estudos de folclore e culturas populares* publicada no ano de 2018 em celebração a outra obra *Projeto e Missão* de Luís Rodolfo Vilhena. As inúmeras referências trazidas pelos autores de *Enlaces* levaram-me à obra de Guilherme Talarico, *De peneira e bateia: a Comissão Goiana de Folclore (1948-1978).* Foi o começo. A partir disso, passei a buscar na internet obras disponíveis que relatassem peripécias de cada Comissão de Folclore dos estados com destaque para teses e dissertações e também para memórias de fundadores.

Fui feliz em muitos casos e muito infeliz em outros. No caso da Comissão Mineira de Folclore, além de três teses ou dissertações, tivemos duas fontes que não foram comentadas aqui. Uma resulta do empenho de um dos nossos membros fundadores, o professor Saul Alves Martins, o qual, até os últimos dias, atualizou o percurso de nossa Comissão em publicações da Revista da Comissão Mineira de Folclore. A outra do empenho sistemático dos presidentes de recuperar o percurso dos membros fundadores a partir da celebração do cinquentenário de fundação da CMFL. Demos continuidade a essa iniciativa a partir do ano de 2012 e reservamos a edição de nossas revistas de número 25, 28 e 31 exclusivamente para complementar o que se havia inaugurado no ano de 1998.

Chamo atenção para a revista de número 31 dedicada a um relatório intermediário do projeto de pesquisa: "O Movimento dos Folcloristas em Minas Gerais, 1891 – 1951". Esse projeto tem como objetivo acompanhar desde a Proclamação da República e a consequente promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais até a realização do I Congresso Brasileiro de Folclore obras e informações que permitam compreender o movimento dos folcloristas cuja coordenação efetiva surge no dia 19 de fevereiro de 1948. Em nosso trabalho, ao invés de justificar o movimento como afirmador de nacionalismo ou regionalismo, insistimos na necessidade de todos os governos contarem com aparelhos ideológicos que justifiquem a identidade espacial. Isto se torna evidente com o surgimento dos estados modernos. Todo governo deve zelar e instituir representações que justifiquem o morar em seu território sob três aspectos: História, espaço e formas de expressão. Não é curiosidade a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já na primeira década da Independência, nem a criação da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República. Não é também pura curiosidade mencionar o esforço de elaborar dicionários que incorporam o linguajar no Brasil ainda no Império.

O que surge de novo – e antecede à fundação da Folk-Lore Society – são os estudos centrados nas representações populares. "Povo" se consolida como realidade objetiva e, ao longo da República, diversifica-se em adjetivos "Povo Gaúcho", Povo Mineiro", "Povo de algum lugar".

Chamou-me a atenção, ao percorrer os estudos de folclore por estados a presença de alguns médicos ilustres na criação das subcomissões de Folclore, no Estado do Espírito Santo, de Santa Catarina, por exemplo, sem mencionar

Arthur Ramos. E mais a diversidade de credenciamento acadêmico dos membros fundadores. É apenas curiosidade que algumas comissões tenham se abrigado sob o guarda chuva dos Institutos Históricos, ou das Academias de Letras. De fato, o movimento trouxe algo muito novo: "Povo como realidade objetiva". Vilhena quase chega abordar esse aspecto com o devido vigor. Nosso garçom, para usar a metáfora feliz de Mário de Andrade, seria Michelet e não um tal de William John Thoms.

Há, finalmente, mais um aspecto que quero enfatizar. O contraste entre a Sociedade Brasileira de Folclore de Câmara Cascudo e a criação da Comissão Nacional de Folclore. É contraste: de um lado, Cascudo visualiza, como inúmeros outros visualizaram e necessidade de uma coordenação do Movimento dos Folcloristas no Brasil. De outro lado, Renato Almeida concretiza a coordenação do movimento pela sua institucionalização no aparelho de Estado. São duas realidades diferentes. Coordenar ou institucionalizar.

Vale notar - e isto merece estudo em profundidade – que a Comissão Nacional de Folclore torna-se independente do Centro Nacional de Folclore a partir do Congresso de 1995 de Salvador e se torna um ONG – onguezinha, eu diria – a partir da aprovação de seu estatuto no Congresso de Porto Alegre. Eis um novo momento. Note-se também que as Comissões Estaduais de Folclore foram convocadas a serem ONGs desde a IV Festa Nacional de Folclore ou seja já em 1976. Uma interpretação possível é a dispensa do Estado de ter presente seu "Povo", valendo estudar a relação entre Cultura, Povo e Segurança Nacional. Por outro lado, a transformação da Comissão Nacional de folclore em ONG somente adquire sentido se compreendermos que o Movimento dos Folcloristas é grupo de pressão em meio à diversidade e o máximo de sua institucionalização se daria como Partido em meio à multiplicidade de muitas dezenas de partidos gerados por movimentos reais ou fictícios.

Por último, quero ponderar a imagem feliz – no sentido utilizado por Gaston Bachelard –, de que o folclorista é um ser movido a paixão ou o "ethos do folclorista". Há uma palavra chave empregada pelo autor empregada por estudiosos com o nome de "cultura desinteressada". Creio que nisso se encontra o apelo ao "Dom". Dom tem sido desafio à compreensão das relações de interesse desde, pelo menos, o *Ensaio sobre o Dom* de Marcel Mauss. Kula, dom e contradom se inseriu na agenda dos estudiosos da Antropologia Social, da Sociologia Econômica e no pensamento social em geral. Apela-se para o Dom para se compreender as "formas elementares de troca" e a formação do mercado moderno. Chega-se até mesmo a cálculos de equivalentes na troca imaginando-se seu futuro numa economia monetária. Porém, se incluirmos nesse dom e troca o excedente como variável independente vamos nos deparar com novos componentes nas relações de troca: a apropriação do excedente por agentes externos, consolidada nos "tributos" – deveres das tribos vencidas para o viver pacífico -, a distribuição do excedente para todos os que contribuíram para seu alcance expresso nas festas da comunidade; e a criação de excedentes sem atribuição de valor distributivo – ou seja, o reconhecimento do excedente como símbolo do viver comum.

Mauss contribui para a compreensão dos dois primeiros tipos de produção de excedentes. O que resulta da rotina da competição e do surgimento do Estado da Guerra - veja-se como curiosidade: "A antiga palavra védica para guerra, *gavisti,* significa "desejo por vacas" – as vacas dos pastores árias eram abatidas, usava-se o couro e consumia-se a carne bem como o leite." [Joseph Campbell. *As máscaras de Deus.* São Paulo: Palas Athena, 1994] – Há, portanto, dois momentos. No primeiro, apropria-se do excedente pela guerra; no segundo, fixa-se o excedente como símbolo.

Há um discurso recorrente no movimento e na prática dos folcloristas que desnuda o "Enigma do Dom". Ele se apresenta no "Mercado da Arte". Levi Strauss oferece-nos a senda desse desafio ao abordar o problema estético. Diz ele: a pedra polida não é mais útil que a pedra lascada. É mais bela (!!!). [Não localizei a fonte, mas me parece que essa afirmação foi feita em *O pensamento selvagem.*] Pensado com nossas categorias taxonômicas tem-se a diferença entre artefato e arte e nosso poder moderno de autonomizar a arte, separando o poder criativo imerso no artefato. Uso esta imagem para completar o quadro da possível autonomização do Dom e creditar ao Movimento dos Folcloristas este poder. O Dom intransitivo favorece a compreensão da resistência à institucionalização seja na divisão do trabalho intelectual – folclore é etnografia, etnologia, antropologia, sociologia... -, seja às imposições do Estado em que todo Dom exige em primeiro lugar o tributo e aquilo que certifique a dominação – Dom e Domínio.

Encerro este artigo com um pedido de contribuição dos leitores.

Na segunda reunião da Assembleia geral da Comissão Mineira de Folclore realizada no dia 06 de março do ano de 1948, constou da ata "Promover a estruturação da Comissão Mineira de Folclore segundo as recomendações de Joaquim Ribeiro". Isto me levou a acreditar que a Comissão Nacional de Folclore teria incorporado à ata de sua função

diretrizes apresentadas por esse folclorista. Minha convicção aumentou, quando encontrei referência à seguinte obra.

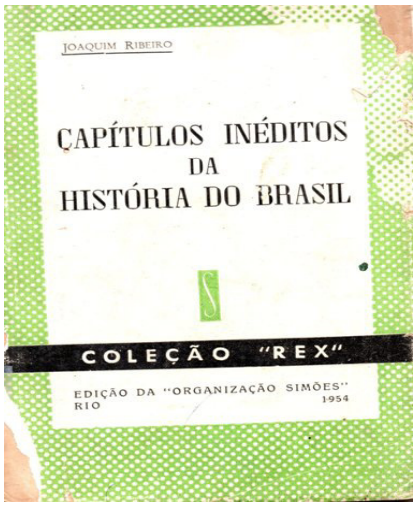
> **RIBEIRO. Joaquim.** ***Origens e Desenvolvimento dos Estudos Folclóricos no Brasil.***
> **Prêmio Sul América – do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, Órgão Nacional da Unesco.**

Esta informação é dada pelo próprio autor na obra *Capítulos inéditos da História do Brasil* publicada em 1954.

Acontece que esta obra não é citada por Vilhena, nem lembrada pelos organizadores de *Enlaces.* Para piorar, até agora não tivemos acesso ao acervo de Aires da Mata Machado Filho, nosso fundador.

Fica aqui nosso apelo: Vamos passear na Florestas, encontrar e publicar

RIBEIRO. Joaquim. ***Origens e Desenvolvimento dos Estudos Folclóricos no Brasil.***



O royalty do minério e o turismo

Mauro Werkema, Jornalista e membro efetivo da Comissão Mineira de Folclore

Ano que vem Minas Gerais completa 300 anos de sua criação como unidade administrativa autônoma, realizada em 1720, como "Capitania das Minas do Ouro", tendo Vila Rica/Ouro Preto como capital. Seu nome, a ocupação do seu território e sua formação se devem à riqueza mineral de seu subsolo e sua tricentenária história pode ser contada pelos ciclos de sua exploração mineral, do ouro ao ferro. O Ciclo do Ouro, no Século XVIII, nos legou as cidades históricas e um excepcional patrimônio cultural e artístico que nos levou a três inscrições na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, da Unesco. Hoje, a exploração do minério de ferro coloca Minas Gerais em um impasse econômico, ambiental e humanitário que suscita intenso debate em busca de uma nova convivência.

A mineração é imprescindível. Mas não pode ser predatória e deixar terras estéreis e barragens perigosas que ameaçam vidas. E é consenso amplo que precisa dar uma contribuição maior ao desenvolvimento econômico e social. É o que os municípios mineradores, reunidos no dia 27 de junho passado em Itabira, reivindicam. A preocupação é com a pós-mineração e a reciclagem econômica que garanta sustentabilidade aos municípios. O turismo, na sua concepção multifatorial contemporânea e a inequívoca vocação de Minas, foi apontado pelos prefeitos como sendo uma atividade capaz de substituir a mineração. Mas esta substituição precisa começar a ser feita agora, com apoio das receitas da mineração.

O royalty da mineração, a Contribuição Financeira pela Exploração Mineral, que a partir de 2017 é 3,5% da receita bruta, foi criado pela Constituição de 1988 justamente para permitir aos municípios esta reciclagem, aplicados em infraestrutura, saúde e educação e atração de novos negócios. Só que as Prefeituras usam para pagar funcionários e dívidas e não na prevenção do futuro. Mas é justo esperar que, além do royalty, a mineração e, especialmente a Vale, hoje a maior mineradora do mundo, possam fazer mais em retribuição à sua lucrativa atividade e aos desastres de Mariana e Brumadinho e outras ameaças.

O debate é urgente e indispensável. O setor turístico, reunido em Inhotim/Brumadinho, apontou alguns caminhos que podem ser transformados em iniciativas viáveis, entre eles o retorno de ferrovias turísticas como a histórica Linha Mineira, de BH a Ouro Preto e Mariana, sob concessão da Vale, através da Ferrovia Centro Atlântica. Cobra-se a implantação de geoparques, transformando áreas mineradas em atrativos turísticos e culturais. E que os prefeitos mineradores usem o royalty do minério na expansão da cadeia produtiva do turismo, especialmente as cidades históricas que, por sua origem na "Minas minerária e inaugural", no dizer de Guimarães Rosa, sediam as principais minerações e as temerárias barragens. O turismo, é bom lembrar, é reconhecida riqueza mineira, limpa e civilizatória.

Antônio de Paiva Moura

Presidente de Honra da Comissão Mineira de Folclore

Assembleia Geral da Comissão Mineira de Folclore, em 15 de junho de 2019, no auditório da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

Depois de tratar dos assuntos da pauta, a presidente Miriam Stella Blonski passou a palavra a José Moreira de Souza para saudar o sócio Antônio de Paiva Moura, que no dia 13 do mesmo mês havia completado 80 anos de vida. Moreira mostrou aos presentes a publicação do jornal "Carranca", órgão oficial da CMFl, com homenagem a Antônio Moura. Fez apreciação das obras historiográficas e literárias do homenageado, mostrando afinidade dos assuntos tratados com a sua personalidade e trajetória de vida. Em seguida a presidente Miriam Stella Bronski apresentou ao público e entregou ao homenageado uma placa que marca a aprovação de se seu nome como presidente de honra da Comissão Mineira de Folclore.

Sinto-me muito feliz de estar em reunião com meus amigos e recebendo tão calorosa homenagem. Durante toda a minha vida duas instituições pelas quais passei e ainda estou passado que marcaram profundamente a minha existência. A primeira é a Escola Guignard. Em 1968, na condição de técnico em contabilidade da Imprensa Oficial, fui designado para fazer um inventário nos bens da escola que havia sido passado à condição de escola pública de artes plásticas. Fiquei impressionado com a riqueza dos acervos de documentos escritos e artísticos, mas encontravam-se ameaçados de perda por falta de organização e zelo. O modo de levar a vida dos alunos, professores e funcionários da escola me encantou. Era para eu realizar a primeira tarefa em um mês e voltar à Imprensa Oficial, mas acabei ficando lá 32 anos.

Em 1982 fui incumbido pela Coordenadoria de Cultura do Estado para organizar o Centro de Informações Folclore em um conjunto de salas na Rua dos Carijós, em face de convênio com a Comissão Mineira de Folclore. O Centro de Informações Folclóricas não contava com material para informações e o Museu de Folclore a ser instalado ali, não tinha peças, isto é, o acervo da Campanha Nacional de Folclore e de Saul Martins não pertenciam nem ao Estado e nem à Comissão Mineira de Folclore, O que havia de concreto era a Comissão Mineira de Folclore, que além de ter um rica história, contava com um corpo associado de alta formação intelectual. Percebi que tinha que cuidar da Comissão Mineira de Folclore que não tinha um acervo documental, isto é, que não passava de um livro de atas.

Antes daquela data eu já conhecia o professor Aires da Mata Machado, em Diamantina; o professor Saul Martins, quando ele fazia parte do Conselho Consultivo das feiras de arte e artesanato de Belo Horizonte; o professor José Moreira de Souza que frequentava o Arquivo Público Mineiro; Lázaro Francisco da Silva que era meu colega de magistério no UNI-BH; Orvile Colombo de Conti, que foi aluno da Escola Guignard,

Mesmo antes de ser admitido como sócio eu já frequentava as assembleis da Comissão Mineira de Folclore, na condição de ouvinte e secretário "ad-hoc". Foi assim que fiquei conhecendo os demais sócios e com eles estabelecendo amizades. Entre estes não posso deixar de mencionar os nomes de Domingos Diniz, José Moreira de Souza, Zanoni Neves e Jupyra Dufles Barreto.

A razão de tanto reconhecimento pela Escola Guignard e pela Comissão Mineira de Folclore é que, através delas, me identifiquei muito com as pessoas que as constituem. Nelas, as pessoas estão sempre doando e trabalhando no sentido buscar o saber viver, o espelho da vida e não aprender para ganhar a vida e ficar só nisso.

Muito obrigado a todos presentes, por tudo e por essa homenagem.

ARTIGOS

Keka-Imawri: história e memória da perspectiva do Brasil profundo (*)

Ramiro Esdras Carneiro Batista, membro efetivo da CMFL.

Na impossibilidade de volver as terras mineiras, sirvo-me da presente missiva para comunicar aos gentios da Comissão Mineira de Folclore (CMFL) que no dia 15 de março de 2019, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), eu mesmo (vulgo Ramiro Esdras), associado desta Comissão, defendi minha dissertação de mestrado intitulada "*Keka-Imawri*: narrativas e códigos de Guerra entre os *Palikur-Arukwayene"* (Inédita).

Fruto de uma convivência de seis frutuosos anos com quatro nações indígenas no município de Oiapoque/AP, extremo setentrião do país, a pesquisa em questão é um estudo histórico e antropológico sobre a *Keka* (Guerra) entre os últimos *Aruaque* que vivem na atual fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, o Povo *Palikur-Arukwayene* do rio *Urukauá*. O trabalho demonstra os ritos de constituição da pessoa autônoma entre os povos que compõem o mosaico interétnico na fronteira do Oiapoque a partir de evento considerado belicoso, ao tempo em que busca trazer a lume a versão indígena relativa ao histórico de ocupação da região guianense que se constituiu ao longo de séculos como a Amazônia caribenha. Também proponho que não obstante a *Keka* ser traduzida como Guerra por distintos interlocutores indígenas, o cotidiano etnográfico demonstrou que a mesma encontra melhor tradução em português como festa ou "competição guerreira", e aborda princípios e motivações para a belicosidade indígena ritual que precedem a invasão europeia e prevalecem de distintas maneiras, ao arrepio da atuação e dos impactos causados pelo indigenismo dos estados nacionais limítrofes.

(*) A dissertação defendida no dia 15 de março e devidamente revisada, já se encontra incorporada ao acervo da Comissão Mineira de Folclore

Foto de Adonias Guiome (15 de mar,2019)

Analisando o histórico de invasão colonial no contexto das guerras guianenses que, ao longo de séculos, definiu a fronteira setentrional do Brasil a partir de narrativas indígenas, elaboradas em termos próprios, o texto final foi considerado "maduro e robusto" pela banca examinadora, principalmente por valorizar a memória indígena como recurso narrativo e apresentar outras possibilidades de pensar a invasão da América a partir da localização dos supostos "povos sem história", como protagonistas das guerras. Em breve, pretendo entregar versão impressa dos resultados da pesquisa para compor o acervo da Comissão.

Waramwi em posição de defesa. Imagem de Saulo Esdras (20 de mar, 2019)

Acima, uma imagem contemporânea do Cobra-Grande *Waramwi*, categoria nativa identificada na minha pesquisa que designa líderes guerreiros indígenas e europeus, humanos e não humanos, que por sua vez constituem o elenco e o histórico de resistências e alianças entre indígenas e europeus ao longo de pelo menos quatrocentos anos de história.

No mais, um cordial saludo e um grande abraço a todas e todos da CMFL. Presumo que nos encontraremos na próxima Semana Mineira de Folclore – se *Uhokri*, o avô supremo, não permitir que antes disso o céu desabe sobre nossas cabeças.

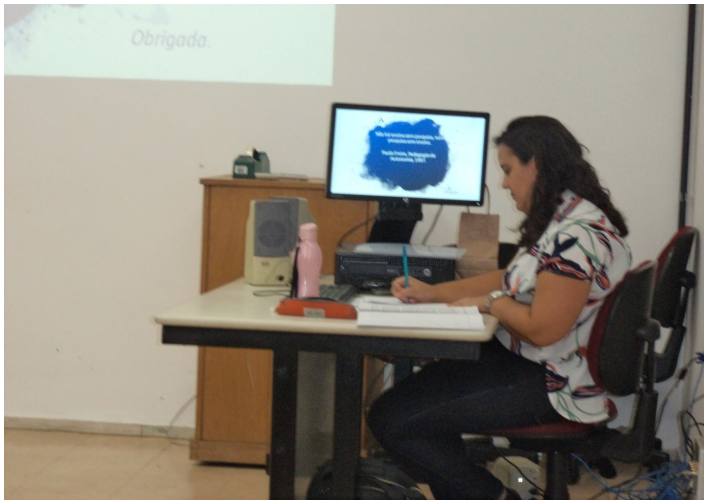
ENTRE O FOLCLORE E O PATRIMÔNIO: Um estudo de caso sobre o Centro de Arte Popular-Cemig

Amanda Dabéss De Carvalho

Dissertação de mestrado em Ciências da Informação defendida no d9a 26 de junho. Orientadora professora doutora Letícia Julião.

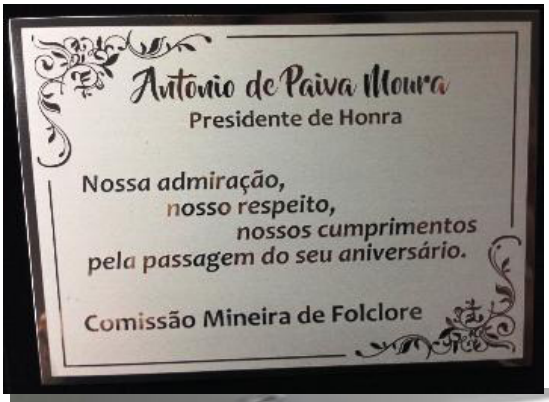
Resumo

A pesquisa buscou estabelecer um diálogo multidisciplinar entre a museologia contemporânea e o campo do patrimônio cultural, compreendido em suas diferentes dimensões, para analisar o Centro de Arte Popular-Cemig (CAP), um dos vários equipamentos museológicos implantados no Circuito Liberdade (CL) em Belo Horizonte. Com o objetivo de identificar os pressupostos que orientaram a criação do CAP na musealização de expressões representativas do patrimônio cultural brasileiro, em especial de referências da arte e da cultura popular de Minas Gerais, foram confrontadas concepções contemporâneas de patrimônio e o pensamento oriundo da Comissão Mineira de Folclore (CMFL). Representante em Minas Gerais do pensamento folclorista brasileiro, a CMFL não apenas sustentou uma prática de colecionamento da arte e da cultura popular como contribuiu para destacá-las como elementos constitutivos do que veio a ser entendido como "mineiridade". Buscou-se, portanto, compreender como os referenciais culturais de grupos não hegemônicos da sociedade são patrimonializados e musealizados e em que medida a dimensão imaterial de patrimônio pode ser reconhecida nos limites do CAP. O trabalho abordou o CAP no contexto de criação do CL, problematizando-o perante as questões políticas e mercadológicas que envolveram a implementação do Circuito. Os programas museológico e museográfico, bem como a narrativa expositiva da instituição em questão foram problematizadas em face das noções de cultura, patrimônio e perspectivas colecionistas identificadas no pensamento folclorista, e também em face das concepções da museologia e do pensamento do campo do patrimônio cultural contemporâneo.



Por onde andamos

Segunda reunião ordinária da assembleia geral da Comissão Mineira de Folclore.
15 de junho. Auditório da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte



---

15 de junho. Centro Cultural Salgado Filho. Juninas: Santo Antônio, São João e São Pedro

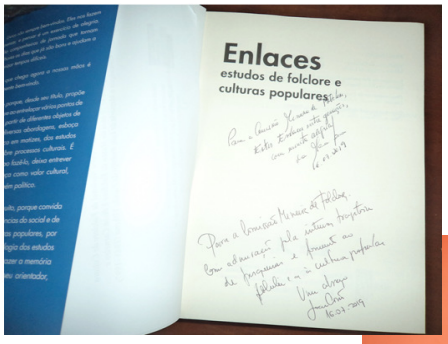
Por onde andamos

Palestras populares no Centro Cultural Salgado Filho.

26 de junho

12 de julho: Auditório 04 da FUNARTE. Lorena, Vinícius e Companheiros mostram a que vieram

12 de julho: Patrimônio e Enlaces no Conservatório Mineiro de Música. 51º Festival de Inverno da UFMG



Por onde andamos

13 de julho: Frei Chico fala Do Jequitinhonha em São Paulo

SESC/SP - 13 de julho de 2019

PALESTRA e CANTORIA: "Cultura do Vale do Jequitinhonha (MG): pluralidade e resistência".

Palestrante: Frei Francisco van der Poel ofm

20 de julho. Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte: Lançamento da Revista 32 da Comissão Mineira de Folclore: **Saber Viver em BH.**

24 de julho: **Palestras populares no Centro Cultural Salgado Filho.**

Julho: Encontros de Folias de Reis

27 de julho: Caxambu

21 de julho: Campanha

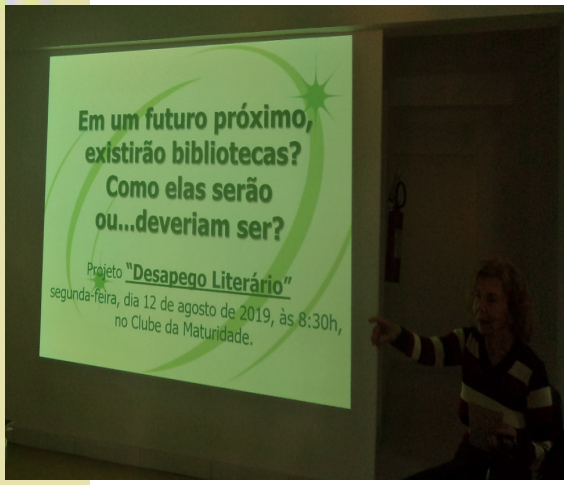
25 de agosto: Uberaba

Folias se encontram e Afonso dos Reis acompanha

A pedido do nosso colaborado do acervo Reisados Brasileiros , Wosley Torquato para efeito de divulgação, segue o cartaz/convite do 61° Encontro de Folias de Reis de sua cidade , Uberaba -MG. Impressionante!! , pouco mais de seis décadas de eventos , só comparável com Muqui - ES e Palmital-SP. Acrescente se ,ainda, coube ao nosso ilustre Mestre prof. Carlos Rodrigues Brandão o trabalho de consultoria que resultou na identificação e caracterização de pouco mais de uma centena de grupos de Folias Reis no município de Uberaba. ABS. Affonso.

53ª Semana Mineira de Folclore

12 de agosto: 8:30, Clube da Maturidade. Coordenação Lúcia Tânia Augusto



53ª Semana Mineira de Folclore

12 de agosto: 19:30 - Centro Cultural Salgado Filho

14 de agosto
Nosso Patrimônio Imaterial - Nossa Fé - credenciado e não credenciado

53ª Semana Mineira de Folclore

17 de agosto: Lançamento de "Os Herdeiros das Origens"

E por aí vamos!!!

Tudo, nesta vida, é muito cantável.

Grande Sertão: Veredas.

Agora, que mais idoso me vejo, e quanto mais remoto aquilo rende, a lembrança desnuda de valor – retransforma, se compõe, em uma espécie de decorrido formoso. (...)

Quem me entende? O que eu queira. Os fatos passados obedecem à gente; os em vir, também. Só o poder do presente é que é furiável? Não. Esse obedece igual e é o que é. Isto, já aprendi. A bobeia? Pois, de mim, isto o que é, o senhor saiba – é lavar ouro.

Grande Sertão: Veredas.

Agradecimentos:

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Fundação Municipal de Cultura

Prezados membros efetivos da Comissão Mineira de Folclore:
Atualizem seu compromisso com a manutenção da Comissão Mineira de Folclore conforme determina o Estatuto nos artigos 9 e 27 e o artigo 10 do Regimento.
Deposite sua anuidade na conta

Comissão Mineira de Folclore - CMFL

Banco Itaú - agência 3038

Conta: 01006-6

CNPJ. 21.854484/0001-06

CARRANCA

Órgão Informativo da Comissão Mineira de Folclore – CMFL
Número 03 -19 – Julho- Setembro 2019.
Acessível em
www.folcloreminas.com.br

Diretor Responsável – Míriam Stella Blonski
Fotos: José Moreira de Souza; Marina, Vinícius Cabral

Editoração Gráfica: José Moreira de Souza

Diretoria da CMFL - 2018 - 2020
Presidente de Honra: Antônio de Paiva Moura
Presidenta: Míriam Stella Blonski
Vice-presidente: Fabiane Ribeiro
Secretário: Marcus Vinícius Martins da Costa
Tesoureira: Elieth Amélia de Sousa
Conselho Fiscal da CMFL
Antônio de Paiva Moura
José Moreira de Souza
Raimundo Nonato de Miranda Chaves

IMPRESSO

Remetente

Comissão Mineira de Folclore
Rua Pires da Mota - 202
Bairro Madre Gertrudes
CEP – 30512-760
Belo Horizonte - MG
E-mail: comissaomineiradefolclore2016@gmail.com